

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 110ª
(CENTÉSIMA DÉCIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Eu gostaria de fazer um apelo aos Deputados: desçam dos seus gabinetes para que a gente possa dar início à sessão.

Neste momento, não temos Deputados suficientes em plenário para iniciarmos os Comunicados de Líderes. Suspendo a sessão por trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h02min, a sessão é reaberta às 15h36min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Declaro reaberta a presente sessão.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Passo a Presidência à Deputada Telma Rufino para que eu possa fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

(Assume a Presidência a Deputada Telma Rufino.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos.

Gostaria de iniciar esta fala dizendo que nós tivemos uma boa surpresa. Esta semana, a *Folha de S. Paulo* traz uma matéria sobre uma avaliação que foi feita, um trabalho científico, das casas legislativas do Brasil. E a nossa Casa está em oitavo lugar, portanto temos dezenove casas atrás de nós. Queremos melhorar esse ranqueamento em termos de produtividade, de custo, de baixo custo, somos a oitava câmara. Não estou dizendo que a Casa é barata, estou dizendo que em relação ao Brasil nós estamos em oitavo lugar, não somos a mais cara, pelo contrário, há dezenove mais caras do que a nossa Casa.

E os nossos números têm realmente sido muito bem colocados. Nós vamos alcançar a menor marca em termos de pessoal em relação ao índice da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, são números que estão acontecendo. Nós faremos esse relatório para todos os senhores, todos os Deputados, todos os servidores da Casa porque, na realidade, muito nos orgulha esse processo. Nós temos colocado,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

vamos ter uma nova seleção em relação ao concurso que foi lido agora, a ata deve sair na sexta-feira, e teremos os prazos colocados, atendendo as devidas recomendações do Tribunal de Contas do Distrito Federal, entidade extremamente parceira, muito ciosa em tudo o que faz. Fizemos toda a gestão e agora estamos atendendo as recomendações dos probos conselheiros do Tribunal. Portanto, vamos atender a tudo que nos foi pedido e, com toda a transparência possível, será publicado no Diário da Casa e também no Diário Oficial. Nós vamos proceder a isso, que é uma necessidade imperiosa para nossa Casa, de trazer pessoas novas, até porque sabemos do número de aposentadorias e queremos atender o propósito do bom andamento da Casa. Essas são algumas informações que eu gostaria de trazer.

O segundo assunto: eu gostaria de pedir aos nossos amigos, companheiros e colegas que compareçam às nossas sessões no sentido de votarmos projetos de Deputados, já colocando que nós temos um outro momento, que vamos encerrar efetivamente até o dia 15 de dezembro e que não faremos a votação na madrugada. Vamos encerrar, então, no horário correto, vamos votar aquilo que der tempo para votar.

Estamos aqui fazendo esse apelo, estamos aqui numa quarta-feira, teremos mais terça-feira, quarta-feira, quinta-feira e depois terça-feira, quarta-feira, quinta-feira. Temos tempo hábil, Deputado Agaciel Maia, V.Exa. que está sempre presente, todos os Deputados da bancada do PT também estão sempre presentes, a Deputada Telma Rufino, que religiosamente está ao meu lado às 15 horas para abrirmos a sessão. Então, queremos efetivar essa lógica para que tenhamos um bom andamento do processo, lembrando que os Deputados têm até quatro projetos para ser votados...

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JOE VALLE – Estamos nos Comunicados de Parlamentares. Assim que eu terminar, eu coloco esse processo.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Está bom, Sr. Presidente. Presidente está acima dos comunicados.

DEPUTADO JOE VALLE – Neste momento, estou nos Comunicados de Parlamentares, quem está presidindo a Mesa é a Deputada Telma Rufino.

Então, eu coloquei que os Deputados têm quatro projetos, cinco projetos no total, sendo que quatro deles com tramitação concluída e um que pode ser trazido ao plenário a partir do dia 1º de dezembro para ser lido na ordem do dia, desde que tenha mais de 60 dias em tramitação nas comissões, porque é regimentalmente correto e a gente vai cumprir o Regimento Interno.

Ontem, tivemos muitas votações de projetos de Deputados que estavam prontos para Plenário, mas ainda temos muitos, muitos projetos importantes e interessantes para a cidade para ser votados.

Portanto, eu quero agradecer, Sra. Presidente, pelo tempo para eu poder falar, continuamos trabalhando nesse processo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	4	

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Agradeço ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, era importante que, no dia 12, votemos na CEOF a proposta orçamentária. O ideal seria que, na terça-feira, no máximo na quarta-feira, pudéssemos concluir as votações. Nós sabemos que, quando chega véspera de Natal, praticamente uma semana antes, os Parlamentares querem fazer visitas às comunidades, principalmente no final de ano, e quanto mais rápido votarmos, aí não é passivo de críticas porque vamos votar todos os projetos que estiverem pendentes, seja para aprová-los ou rejeitá-los, de maneira que pudéssemos encerrar no máximo na quarta-feira – o ideal seria na terça-feira.

Isso permite aos Parlamentares ter condições de saírem um pouco para visitar as bases, porque, agora, só os que não são Deputados, são os suplentes, que estão fazendo isso todos os dias, o dia todo, inclusive a noite toda, e nós Deputados estamos aqui dentro da Casa tratando dos assuntos legislativos. E, para ser sincero, estamos perdendo muito espaço, porque as pessoas estão todas em atividade. E a preocupação, sempre, todos os dias, é que estamos ultrapassando as 18h, 18h30min, que é o horário que temos atualmente, o horário noturno, para fazermos reuniões, explicar a nossa atuação parlamentar, dizer o que estamos fazendo para a comunidade. E nós não estamos tendo esse tempo, porque o pessoal demora a chegar – e às vezes é culpa nossa mesmo –, e na hora de votar, só estamos votando muito tarde.

Então, nós estamos sendo prejudicados nesse sentido, está faltando tempo. De manhã, é comissão; e à tarde, é plenário até a noite; e nós estamos nos afastando um pouquinho das bases.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Deputado Agaciel Maia, como V.Exa. bem já respondeu, o problema não é o Presidente nem nós aqui. O problema são os Parlamentares, os próprios colegas. Olhe o horário aí e olhe quantos Parlamentares estão em plenário, não é? Se chegassem todos no horário e estivéssemos todos aqui para votarmos os nossos próprios projetos, eu acho que sairíamos mais cedo daqui e todo mundo estaria nas suas bases, trabalhando. Só que, realmente, nem todo mundo tem essa consciência, porque chegam e ficam nos gabinetes atendendo. E depois dizem que eu sou linguaruda. Esquecem-se de estar aqui votando. É isso mesmo. Os Deputados tinham que botar a mão na consciência e descer para votar. Vão chegar aqui daqui a pouco...

Eu sei que tem Deputado que está aqui embaixo, está no auditório, como a Deputada Celina Leão, que está numa conferência trabalhando. Mas nem todos estão fazendo a mesma coisa.

Então, é difícil, realmente, chegar aqui às 15h.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

(Assume a presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Juarezão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria também, neste sentido, de fazer um apelo aos colegas. Vários estão nos gabinetes atendendo às pessoas.

Nós temos duas matérias, Sr. Presidente, importantes para votarmos, que facilitam a vida de quem está investindo no Distrito Federal. É a Lei Complementar de Compensação Urbanística, que vai permitir às pessoas que fizeram uma construção um pouco fora do gabarito, às vezes um pouco na área verde...

Com essa lei, essas pessoas vão pagar por essa área, evitando que sejam prejudicadas ou que sejam ameaçadas por algum órgão de fiscalização, no sentido, Deputado Prof. Reginaldo Veras, de quebrar isso. Às vezes, tem 20, 30 anos que essas edificações já foram feitas, e os proprietários, Sr. Presidente Deputado Joe Valle, ficam sempre com a espada no pescoço, esperando, a qualquer momento, vir uma represália, seja por aspecto político, seja da própria concorrência comercial, ou seja de um vizinho que não gosta.

Essa Lei de Compensação Urbanística é uma lei extremamente importante. É bom para o governo, que arrecada mais – e o governo precisa de dinheiro –, é bom para quem está precisando regularizar a sua área, a sua construção.

Essa matéria já foi amplamente discutida e nós precisamos votá-la. É uma matéria importante para que o setor produtivo e a população interessada – e não são poucas pessoas, são muitas – possam ter um Natal e um ano novo mais tranquilos, na expectativa de que essa área vai ser regularizada e esse fantasma de receber notificações de outro órgão fiscalizador acabe.

Outra matéria importante a ser votada, que também é do interesse de toda a população, é o código de obras, que são as regras, o regulamento de quem vai construir. Hoje, nós sabemos que é uma miscelânea, vários órgãos tratam dessa matéria de maneira diferente. Às vezes, se consegue um alvará de construção, mas quando muda o administrador, alguém vem da fiscalização e diz que não é nada daquilo. Aí tem-se que desmanchar aquela obra. Inclusive, existe um projeto de minha iniciativa para transformar o alvará em alvará digital. Na maioria dos órgãos, se você quer uma certidão de receita, tudo já é feito de maneira digital, é só entrar na internet e tirar. O alvará digital, se você cumpriu todos os formalismos, não há necessidade de ficar puxando o saco, agradando ao servidor a, b ou c, ou ao administrador, para te darem uma coisa a que você tem direito.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Esse alvará digital, Deputado Cláudio Abrantes, acabaria com essa promiscuidade que existe entre os servidores e as pessoas que realmente querem investir. Eu conheço exemplos de pessoas que fizeram projetos para colocar farmácias, fizeram o financiamento, começaram a pagar as prestações desse financiamento, e findou ficando só com a dívida, porque não conseguiram o alvará para construir as farmácias. Ficaram com a dívida do financiamento, que findou porque gastaram o dinheiro para melhorar as instalações, para adaptar, para comprar prateleiras. No final, o sujeito ficou só com a dívida, porque não conseguiu o alvará.

Esses temas afugentam principalmente os investidores em Brasília, Deputado Wasny de Roure. É muita burocracia, muita dificuldade. É muita coisa ao sabor de quem está sentado na cadeira, e isso tem que acabar. Nós temos que regulamentar essa cidade de maneira tal que o servidor público esteja ali apenas para ajudar o público, e não para dificultar a vida de quem precisa. A maioria dos investidores, tanto nacionais quanto internacionais, tem medo de Brasília. Quando eles deparam com uma série de burocracias e exigências, o sujeito corre!

Eu recebi um investidor chinês – é a sua área, Sr. Presidente – que nas chácaras de Planaltina queria vir e instalar criadores de peixes. Daria todo o *know-how*, toda a manutenção, instalaria ali um frigorífico para processar esses peixes criados pelos chacareiros e exportar. Mas quando ele foi à secretaria e se deparou com tanto papel e com tanta burocracia, o sujeito disse: “Não tem condição”.

Nós sabemos que a maioria da área rural não tem ainda escritura pública. A primeira coisa que exigiram do sujeito, para colocar esse criatório de peixes, que é uma coisa sustentável porque sequer cavam – eles fazem aquele tipo de piscina de criança que é montada acima da superfície –, dão o peixe, a comida, ensinam a criar, mas se não tem a escritura pública, eles não têm condição de fazer esse investimento.

Então, a cidade que dependia praticamente do serviço público, para gerar emprego, hoje depende de investimento. Nós precisamos atrair indústrias não poluentes para gerar emprego em Brasília. Afinal de contas, o nosso economista, o Deputado Wasny de Roure, sabe que hoje, somados os 22 municípios que compõem a região metropolitana do Entorno, a RIDE, como queiram chamar, já ultrapassamos 4 milhões de habitantes. Portanto, só somos menores que Rio de Janeiro e São Paulo. É um grande mercado consumidor, é um grande potencial. É o maior nível de renda *per capita*, conforme o Deputado Wasny de Roure está chamando a atenção.

Temos tudo para ser uma economia próspera, temos tudo para gerar dezenas de milhares de empregos, mas estamos engessados. Eu costumo dizer que o Distrito Federal é um elefante amarrado em um pé de alface. É forte, tem força, mas não sabe usar a força que tem.

Esses dois projetos de lei que estão tramitando, seja o código de obras, seja a compensação urbanística, Sr. Presidente, é muito importante que sejam aprovados até a próxima semana, porque não é projeto de governo. Muitas vezes aqui, sinto que as pessoas dizem: “Isso é projeto de governo”. Não. Se é para beneficiar a população,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	7	

não é projeto de governo, é projeto da população, da comunidade de Brasília. Se são projetos que beneficiam a população, são projetos da população, e não projeto do governo a, b ou c.

Portanto, eu quero conclamar os colegas para que façamos esse grande esforço, Deputado Joe Valle, e possamos, no mais rápido período de tempo possível, concluir a votação desses dois projetos para darmos essa esperança, essa expectativa de melhores dias para milhares de brasilienses em 2018.

Era isso o que eu tinha a falar. Muito obrigado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda na fala do Deputado Agaciel Maia, a grande dificuldade que estamos encontrando em algumas comissões é exatamente o *quorum*.

Faço um apelo aos Deputados que fazem parte de comissões para que não deixem de estar presentes, especialmente agora na reta final, já que temos muitos projetos que não são do interesse do governo, são do interesse da sociedade, como os citados aqui pelo Deputado Agaciel Maia. Precisamos levá-los à votação em plenário ainda este ano. Está tão ruim a questão de geração de emprego e renda aqui no Distrito Federal, que se atralhamos ainda mais o setor produtivo, só temos a perder em relação a isso.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Eu quero só reforçar essa sua colocação, Deputado Bispo Renato Andrade. Para além dos projetos de governo que estão tramitando, há os projetos de Deputados que não passaram nas comissões também. Então, é muito importante que as comissões aconteçam com *quorum*.

Quero fazer também esse apelo aos Deputados que participam das comissões e aos suplentes, para que possam comparecer às reuniões e acelerarmos a tramitação dos projetos. Muitos projetos já têm relatório pronto, é só participar mesmo, fazer a aprovação na comissão, pois já estão há bastante tempo na Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas servidores da Casa, dos gabinetes, imprensa, inicialmente, Sr. Presidente, quero fazer um agradecimento aqui. Eu fui procurado por servidores da Caixa Econômica Federal. Vou confidenciar aos colegas que não estou devidamente com o acúmulo dessa demanda do setor da Caixa Econômica Federal.

“Os empregados e empregadas da Caixa demonstraram força e unidade de luta em defesa da Caixa 100% pública. A atividade desta última terça-feira (28) reuniu

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

o corpo funcional da Caixa para reforçar a importância da empresa para o crescimento social e econômico do País, garantindo cidadania, educação e moradia a milhões de brasileiros.”

Sr. Presidente, é indiscutível o papel, principalmente nesses últimos anos, seja em programas sociais, seja em investimentos sem retornos, feito pela Caixa Econômica Federal.

“Juntos, trabalhadores e lideranças sindicais disseram não à abertura do capital da empresa. O frontal ataque à manutenção da Caixa como empresa 100% pública é mais uma estratégia articulada pelo governo ilegítimo de Michel Temer para favorecer o mercado financeiro.

Diretor do sindicato e representante de Brasília na Comissão Executiva dos Empregados da Caixa Econômica Federal – CEE/Caixa, Wandeir Severo, alerta que o que está em jogo não se restringe ao emprego e à vida dos empregados da Caixa. ‘O ataque é direcionado a uma empresa fundamental para a existência do País’ (...). O nosso tem um dos maiores índices de concentração de renda.

“De acordo com Wandeir, ‘há um círculo virtuoso que precisa ser mantido com o apoio dos empregados atentos às informações verdadeiras, debatendo e discutindo a Caixa dentro e fora da empresa. Na mesa de negociação, manteremos o pulso firme e a mão forte, não aceitando os desmandos da direção da empresa’, completa o servidor.

Para Helenilda Cândido, diretora do sindicato e empregada aposentada, ‘os empregados da Caixa têm a importante missão de encabeçar essa luta em defesa do patrimônio brasileiro. A população precisa da Caixa de portas abertas, com os produtos que sempre estiveram no seu portfólio. A Caixa tem capacidade de atuar por mais 100, 200 anos, sem se tornar obsoleta, ao contrário de quem propõe tais políticas’.

Contamos com a participação e atuação dos empregados da Caixa de todo o País, a exemplo do que vimos no ato desta terça, que contou com a presença de representantes de associações e entidades. Vamos juntos defender nossa empresa 100% pública’, convida o diretor do sindicato, Henrique Almeida.”

Sr. Presidente, eu vou apresentar um requerimento de audiência pública para que possamos tratar desse assunto aqui nesta Casa e, conseqüentemente, mobilizar os Parlamentares nesse debate.

Eu quero também apresentar, Deputado Prof. Reginaldo Veras, a minha preocupação com relação ao Projeto de Lei nº 1.807, de 2017. Deputado Cláudio Abrantes, meu dileto colega, eu quero pedir a sua nobre atenção. Este projeto trata da pauta de valores venais dos terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para o exercício de 2018. Eu quero chamar a atenção, porque hoje eu fui provocado por um meio de comunicação, que me ligava para eu emitir opinião.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Sr. Presidente, eu quero que V.Exa. atente para os números os quais eu vou trazer ao plenário desta Casa, porque é uma agressão a uma lei sancionada, inclusive, pelo Governador Rollemberg; uma agressão não apenas à nossa Casa, que votou, mas a S.Exa., que sancionou. Por isso, eu quero chamar a atenção dos colegas aqui, do Deputado Delmasso, que é um competente Deputado em matérias econômicas. Este projeto, Deputado, aumenta os valores referentes ao terreno e ao metro quadrado, Deputado Bispo Renato Andrade, em 3,68%. Pode não parecer nada, Deputado, uma titica de galinha, como se fala, mas, Sr. Presidente, isso representa um índice de 125,7 acima do INPC do período, porque a Lei nº 5.792, assinada em dezembro de 2016, um projeto do Poder Executivo, estabelece a correção pelo INPC. Eu estou dizendo em cima da lei, Deputado Delmasso.

Essa mesma manobra foi tentada em 2016. A Lei nº 5.792, com emenda de minha autoria, dentre outros, conseguiu vincular o aumento do IPTU ao INPC acumulado de outubro de 2015 a setembro de 2016, que foi igual a 9,15%. Agora, Sr. Presidente, o governo utiliza outro índice. A Lei Complementar nº 435, de 2001, prevê que o índice é o INPC, não é o IPCA, não é outro tipo de índice. Nesse sentido, o índice para este ano é de 1,62%. No mesmo sentido, a pauta de 2017, considerando o INPC acumulado de outubro de 2016 a setembro de 2017, doze meses, o índice que deve ser aplicado aos valores do IPTU é igual a 1,62%.

O pessoal acha que não sabemos fazer conta, Sr. Presidente. Sabemos fazer conta de somar. Assim, já afirmo que irei apresentar emenda para evitar esse verdadeiro confisco que se tenta aplicar novamente contra o contribuinte de forma desarrazoada e desproporcional. Sabe por que, Sr. Presidente? O mercado imobiliário está em queda. O mercado não ascendeu em matéria de preços de imóveis. Além disso, nós estamos num período de queda de renda e de queda de emprego. O governo não realiza concurso há muitos e muitos anos aqui em Brasília. Então, nós temos dificuldade de querer fazer as correções pelo pico elevado. O que está proposto aqui é razoável. O índice é 1,62% e não 3,68%, conforme foi proposto. Eu tenho tanto a lei de um como de outro, como tenho o levantamento dos índices. Se quiserem checar, não tenho nenhuma dificuldade. Sabemos fazer conta de somar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, venho a esta tribuna hoje para falar que amanhã, dia 30 de novembro, nós estaremos comemorando, Deputado Bispo Renato Andrade, o Dia do Evangélico. Esse dia foi instituído por uma lei distrital, inclusive como feriado, com o objetivo de lembrar a essa comunidade, que tem feito a diferença na Capital da República. Eu gostaria de, antes de falar das atividades que os evangélicos fazem no Distrito Federal,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	10	

propor um desafio a esta Casa, principalmente a todos nós Parlamentares que estamos nesta legislatura.

Hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, estávamos debatendo um projeto do Poder Executivo, que foi relatado brilhantemente pela Deputada Luzia de Paula, que falava sobre o programa de combate à miséria no Distrito Federal. E a Deputada Luzia de Paula, felizmente, Deputado Bispo Renato Andrade, disse que existe uma diferença entre pobreza e miséria. Miséria é quem não tem princípios, é quem não tem valores. Eu fiquei extremamente impactado com a fala da Deputada Luzia de Paula porque, na minha visão, essa é a maior verdade que foi dita naquela comissão.

Infelizmente nós estamos vivendo numa sociedade que... Eu, particularmente, estou preocupado com as próximas gerações e aqui quero parafrasear o ministro Dias Toffoli, que, quando foi perguntado, Deputado Raimundo Ribeiro, sobre qual é o papel dos Parlamentos, disse que o Poder Judiciário tem a função de julgar o passado, o Poder Executivo tem a função de fazer o presente, e a responsabilidade da construção do futuro cabe ao Poder Legislativo.

Quando falo que fico preocupado com as próximas gerações, é porque eu gostaria de responder uma pergunta: qual é a sociedade que temos construído para os nossos filhos e, para alguns aqui, para os nossos netos? Não estou falando somente de melhoria na saúde e na educação. Isso é discurso de mais do mesmo. Todo mundo aí fora, todo político, quando vai para uma tribuna, quando vai para uma campanha, tem como na cartilha a melhoria da saúde, a melhoria da educação, a melhoria da segurança. Isso, todo mundo fala. Obviamente, as pessoas vivem isso na pele e não podem deixar de falar. Se nós falamos tanto e as coisas não melhoram, imaginem se deixarmos de falar.

Mas a pergunta que faço é a seguinte: que tipo de sociedade, que tipo de princípios e valores estamos construindo para as futuras gerações? Temos visto, todos os dias, a criminalidade aumentando. E a sociedade bota a culpa no Estado, dizendo que não tem polícia na rua. Não. A criminalidade aumenta porque esses jovens estão crescendo sem princípios e sem valores. Uma sociedade com princípios e valores não precisa de polícia na rua. Uma sociedade que tem uma família fortalecida não precisa da força repressora do Estado.

Que tipo de sociedade estamos criando, em que a libertinagem está sendo confundida com a liberdade? Que tipo de sociedade estamos criando, em que se aplaude um aluno quando ele se levanta em uma sala de aula e enfia o dedo na cara do professor? Esse aluno, Deputado Prof. Israel e Deputado Prof. Reginaldo Veras, é aplaudido sob o argumento de que está exercendo o seu direito de liberdade de expressão. Onde está o respeito? Que sociedade estamos construindo quando se prega hoje, aí fora, que os jovens podem fazer o que querem, que podem desrespeitar os seus pais? Qual é a sociedade que queremos construir?

Falo isso porque muitas vezes voltamos para casa... Eu digo que todos os dias tento ser referência para os meus filhos e para a minha esposa. Nós tentamos ser

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

referências para eles. Mas quantos jovens, quantas crianças, quantos adolescentes não têm essa referência dentro de casa? Para quantos jovens, Deputado Joe Valle, a referência é o traficante da esquina? Para quantos adolescentes, a referência é o bandido que levanta muitas vezes com a metralhadora na mão, mostrando que tem poder? Isso acontece não só no Rio de Janeiro, não, Deputado Wasny de Roure. Isso acontece aqui em Brasília.

O que me preocupa é que tipo de sociedade estamos construindo. Quais são os princípios? Quais são os valores? Não se constrói nenhuma sociedade sem ter base de princípios e valores. E, aí, quero exaltar, sim, o trabalho feito pelas igrejas, que não é só de evangelismo, mas de resgate de princípios e valores. Quero falar da minha igreja, a Sara Nossa Terra, onde a maioria dos jovens perderam, Deputado Joe Valle, a capacidade de sonhar – o Deputado Rafael Prudente, que foi da nossa igreja, sabe muito bem disso –, mas encontraram referências, pessoas que estavam dispostas a semear o seu tempo para resgatar essa juventude. Lá eles encontraram uma referência e voltaram a sonhar novamente. Quantos jovens deixaram as drogas, quantos jovens deixaram a bandidagem, por entenderem, por encontrarem única e exclusivamente uma referência dentro da Igreja, muitas vezes da sua mesma idade, de que se pode construir algo diferente e que não é necessário ir para a bandidagem nem usar drogas?

Muitas vezes, somos perseguidos porque, infelizmente, há a morosidade do Estado. O Estado aprova uma legislação de regularização, mas esse mesmo Estado, há nove anos, não consegue tirar do papel aquilo que foi aprovado há nove anos. E aqui eu quero citar o Deputado Raimundo Ribeiro, que estava na aprovação desta Lei Complementar nº 806, de 2009. O Deputado Raimundo Ribeiro estava – salvo engano – aqui na Câmara; S.Exa. era Deputado.

Essa lei foi um marco, passaram-se dois governos e até agora não se conseguiu destravá-la. Temos visto o Governador Rodrigo Rollemberg entregar as escrituras, mas acredito que pode ser mais célere. É um certificado de regularização fundiária. Enfim, acredito que essa legislação que existe hoje... se a lei for aprovada, ela precisa ser cumprida.

Essa lei passou por uma alteração, na época capitaneada pelo Deputado Bispo Renato Andrade, que era secretário do Governo Agnelo, e do Deputado Wasny de Roure. Mas o que eu quero deixar registrado aqui é que o Dia do Evangélico não é para comemorar o dia de uma religião, mas o dia de pessoas, de milhares e milhares de pessoas que vão às ruas porque acreditam, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que uma sociedade pode, sim, ser construída por princípios e valores.

Eu até discordo da data porque, na minha avaliação, o dia 30 de novembro não tem, historicamente, vinculação nenhuma com a nossa gênese. Eu defendo que esse dia deveria ser o dia 31 de outubro, que foi quando nasceram os protestantes no mundo, que é o dia da Reforma Protestante. Nessa data, usei essa Tribuna para dizer quais foram as conquistas que a Reforma Protestante trouxe para o mundo. Só para vocês terem uma ideia e para lembrar, a pauta de direitos humanos, Deputado Joe Valle, quem trouxe foi a Reforma Protestante.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Por fim, Sr. Presidente, quero deixar esta pergunta neste plenário: qual é a sociedade que vamos construir para os nossos filhos e para os nossos netos?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Delmasso.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem Partido. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa – hoje nós não temos galeria – e servidores desta Casa, venho a esta tribuna para, mais uma vez, tocar em um tema que, para muitos, já estava morto e sacramentado e sobre o qual não haveria mais discussão neste ano, no Congresso Nacional. Mas parece que a maldade do Governo Temer não tem limites.

Hoje, somos novamente surpreendidos com a intensificação da articulação política do Governo Temer em prol da aprovação da reforma da Previdência. Eu nem diria articulação política, mas uma articulação de fisiologismo, de toma-lá-dá-cá, daquela política rasteira e que tanto envergonha o nosso país. É uma matéria tão grave e tão supressora de direitos de todos os trabalhadores brasileiros que a gente fica, realmente, espantado com a capacidade de se fabricarem meias verdades e esconderem grandes mentiras, é isso que está realmente embutido nessa campanha que o Governo Temer vem fazendo, inclusive – o que espanta mais ainda –, com instituições que historicamente sempre se beneficiaram das benesses do governo. Eu me surpreendi com um comercial da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo defendendo a Reforma da Previdência.

O que é mais grave, caro Deputado Prof. Reginaldo Veras, é que esse comercial, essa dita articulação do governo, surge para, primeiro, satanizar o servidor público deste País. O claro intuito do governo é colocar para a população que a aposentadoria do servidor público é a grande vilã da economia do País, satanizando o servidor público, dizendo que é um privilégio, que é incompreensível que num país com tantas dificuldades o servidor público venha a se aposentar com determinadas regras, colocando toda a culpa da crise fiscal no servidor público, usando o serviço público e os seus servidores como bodes expiatórios para décadas e talvez até séculos de roubalheira em cima do dinheiro público.

Então, é inadmissível que a gente venha a se deparar com essa propaganda que, como eu disse, conta meias verdades e esconde grandes mentiras. Ela tenta colocar a população claramente contra a Reforma da Previdência. Ela faz um jogo de publicidade – diga-se de passagem, muito bem feito – quando traz algumas argumentações. Primeiramente o cidadão diz: "Não concordo com a Reforma". Depois ela dá somente as meias verdades para que a população fale: "Assim eu concordo." E é isso que ele faz com o serviço público, não sabendo a população que essa Reforma atinge a população como um todo – essa Reforma vem prejudicar a todos.

No caso do setor público, do serviço público, na minha opinião, está clara e evidente a intenção do governo de abrir o mercado para os fundos de pensão. Esses mesmos fundos de pensão, Deputado Wasny de Roure, dos quais, ao longo dos últimos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	13	

anos, inúmeros – obviamente não vou aqui generalizar – foram capas de jornal e pautas de noticiários justamente pelos desvios, pelas fraudes, pela incompetência e, muitas vezes, pelo ralo de corrupção deste País.

É importante salientar que o servidor público, desde 2013, já é submetido a regras fortes de previdência privada. Por exemplo, a contribuição dele é no teto; não existe mais, de 2013 para cá, paridade e integralidade para quem está entrando no serviço público. O servidor público já contribuía com uma parcela maior de 11%, e agora vem o Governo Federal com uma Medida Provisória passando, em fevereiro, para 14%. Ou seja, parece-me que todo esse trabalho é feito para tirar do servidor público a aquisição de direitos.

Sr. Presidente, o que mais me espanta em todo esse processo – porque nós vamos voltar a esse debate nas próximas semanas, visto que o governo não se cansa – é que toda essa estratégia, toda essa publicidade em cima da Reforma da Previdência surge quando? Quando o governo compra o apoio do Congresso para fazer caírem as denúncias contra o Presidente da República. E agora ele vem nessa campanha, patrocinada pela Fiesp, uma grande federação de indústrias. Nada contra o setor produtivo, mas não se pode fazer dessa forma, satanizando o serviço público.

O governo, a própria Fiesp e, infelizmente, os grandes veículos de comunicação deste País em nada, ou muito pouco, fizeram alusão ao relatório da CPI da Previdência que aconteceu no Congresso. Alguns dos senhores ouviu falar aqui? V.Exa., Deputado Delmasso, ouviu alguma nota, alguma matéria importante de algum veículo de comunicação deste País sobre a Reforma da Previdência, sobre a CPI da Previdência? Ninguém fez referência. Por quê? Porque o relatório final da CPI da Previdência indica que não há esse famigerado déficit que o governo alega e em razão do qual seria preciso fazer a Reforma da Previdência. A CPI é clara em dizer que não há esse déficit na Previdência pública do País. Além disso, o próprio relatório da auditoria do Tribunal de Contas da União também coloca que o regime dos servidores públicos é plenamente equilibrado.

Eu quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: os recursos que têm a contribuição dos servidores públicos deste País não pertencem a nenhum Estado, a nenhum governo. Esses recursos pertencem, no fundo, ao trabalhador, ao servidor que contribuiu por anos a fio visando à sua aposentadoria – uma aposentadoria que, diga-se de passagem, quando vier, não será como a do setor privado, porque sequer saldo de FGTS ele terá para sacar. Ele vai se aposentar e vai seguir normalmente.

Então, embora a gente tenha esse tema discutido no Congresso Nacional, é importante a manifestação desta Câmara Legislativa. Nós não podemos concordar com essa pseudorreforma que eles estão fazendo.

Outra coisa: qualquer cidadão brasileiro, qualquer pessoa que nos escuta pela internet, pelas nossas redes sociais ou em qualquer veículo que for, nenhum cidadão brasileiro pode ficar à parte desse processo, porque essa reforma traz prejuízos para todos os brasileiros. Nós vamos trabalhar nisso durante as próximas semanas trazendo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

esses dados, analisando-os e fazendo a nossa parte, que é alertar a população de que o direito dos trabalhadores, no geral, está sendo tolhido por esse governo, agora em parceria com essa gigante do mercado, que é a Fiesp, se metendo no campo da Previdência e da aposentadoria de servidores públicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, caros colegas. Ontem nós abordamos um tema acerca da saúde, e eu espero que de fato possa melhorar.

Eu me esqueci, de fato, de que amanhã é o Dia do Evangélico. Ainda que eu não concorde que seja feriado, é o Dia do Evangélico. Nós, inclusive, teremos um evento aqui nesta Casa, Deputado Joe Valle. V.Exa. está convidado. Será a partir das 15h, mas às 19h, especialmente, nós queremos fazer um ato que nós chamamos de ato profético pela cidade – orar pelas autoridades, orar pela Câmara Legislativa. Nós aproveitamos para convidar todos para que estejam conosco durante todas essas atividades, que estão sendo organizadas pela FASCEV – Federação Associativa de Cantores Evangélicos, com a parceria do Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal, do Conselho de Igrejas e também da Federação Nacional de Igrejas Cristãs, na liderança do Miro, que está realizando esse grande evento.

É claro que, se falássemos sobre aquilo com que os evangélicos têm contribuído ao longo da História para a sociedade como um todo, nós passaríamos aqui muito tempo falando sobre isto, da importância que têm na área não apenas da evangelização, mas também do trabalho social, que é extenso no Brasil e pelo mundo afora, da educação, das grandes faculdades que há não apenas no Brasil, mas fora do Brasil, daquilo que é conceito na educação, porque não é esse apenas o foco da evangelização da comunidade evangélica, mas a educação, o meio ambiente e as obras sociais que são desenvolvidas.

Ainda que muitas vezes a gente seja visto com maus olhos, é uma comunidade que cresce e cresce muito. Aos finais de semana, sem dúvida alguma, há aproximadamente 1 milhão e meio de pessoas frequentando os cultos das mais diferentes denominações evangélicas, de todo cunho – Batista, Presbiteriana, Assembleia de Deus, Abençoando as Nações, Sara Nossa Terra, enfim, das demais igrejas evangélicas de uma maneira geral.

É claro, Deputado Wasny de Roure, que esse trabalho é muito mais intenso que dentro da igreja e cada vez mais fora da igreja, nessa atuação que a gente faz

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29	11	2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				15	

Previdente junto às pessoas. Fazemos visita de casa em casa, em hospitais, é fácil encontrar distribuição de sopas, de cestas básicas, de alimentos nas portas dos hospitais, nos locais que precisam tanto, além do trabalho que é feito com as pessoas com dependência química, com idosos, com mulheres. Eu quero especificamente registrar a Casa de Deus, na Ceilândia, onde a pastora Lúcia faz um excelente trabalho só com mulheres que precisam de recuperação, de libertação química, de uma forma geral.

Então, o trabalho é extenso e vasto naquilo que é feito dentro da igreja, fora da igreja, na escola, como o Colégio Batista, os colégios adventistas, as faculdades, de uma maneira geral. O trabalho é intenso. Isso sem falar do grande trabalho que é feito mundialmente pelo Pastor Billy Graham, que avança pela área de uma grande rede de televisão, que passa e comunica filmes que nós todos assistimos no Brasil e no mundo inteiro daquilo que ele faz. Então, eu só quero fazer esse registro e falar da grande contribuição que essa comunidade evangélica tem dado, não apenas ao país, mas ao Brasil como um todo (*sic*).

Como no nosso caso, aqui no Distrito Federal, amanhã é o Dia do Evangélico, nós queremos parabenizar a todos, porque não são apenas aqueles que frequentam a igreja, mas é a família como um todo que participa de todas as atividades, sendo ela católica ou evangélica. Quando temos encontros de casais, encontro de jovens, de uma maneira geral, todos aqueles, não importa a religião, participam desses eventos e nos abrilhantam, sendo eles católicos, espíritas.

Eu tive a oportunidade, agora recentemente, de falar aproximadamente a 3 mil jovens ligados à Federação Espírita. Eu tive muita honra de ser uma das pessoas que puderam falar a esses jovens, porque a gente transcende. Nós temos a nossa fé e nós a guardamos com muita convicção, mas é claro que nós estendemos isso naquilo que nós fazemos no nosso dia a dia.

Então, eu gostaria de fazer esse registro, Deputado Joe Valle, e convidá-lo, como Presidente da Casa, como representante desta Casa e de todos os Deputados, a estar aqui amanhã. E já lhe agradeço, antecipadamente, por ter aberto as portas da Casa do Povo para receber o povo aqui amanhã, no auditório, para comemarmos o Dia do Evangélico.

Muito obrigado. Todos estão convidados.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente, nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Primeiro, boa tarde a todos. Cumprimento o nosso Presidente, a Deputada Telma Rufino, os demais Deputados e todos os presentes neste plenário.

Sr. Presidente, é coisa rápida. A grande maioria aqui que acompanha o nosso trabalho sabe que temos rodado os quatro cantos aqui do nosso Distrito Federal. E na

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

última semana eu rodei em Planaltina, ali no Arapoanga e em outras regiões. Estive na área rural, estive ali na Rajadinha II, que é da Poligonal de Planaltina, estive no Paranoá, no Itapoã. Estive ontem à noite, durante uma chuva muito intensa, em uma área que precisa de infraestrutura do governo, ali no Zumbi dos Palmares, em São Sebastião. Estive depois no Condomínio Vitória, também em São Sebastião. Na Expansão de Samambaia também estive recentemente.

Em todas essas visitas que nós fazemos, e em especial nas áreas mais carentes, nós recebemos diversos tipos de reclamações: pedido de infraestrutura, pedido de saúde pública, mais creches, mais professores. Mas existe um problema hoje que está assolando o Distrito Federal, e com muita tristeza, Sr. Presidente, eu tenho ido infelizmente muitas vezes ao cemitério acompanhar o enterro de muitos jovens, de pessoas próximas da gente, parentes dessas pessoas ou amigos. Muitas vezes, muitos desses jovens que estão ali são os que participam do dia a dia das cidades. Temos acompanhado o aumento da violência, que nunca esteve tão grande, Deputada Telma Rufino, desde a fundação da nossa cidade.

Eu faço aqui um apelo ao Governador do Distrito Federal. Eu acho que a gente tem de dar uma resposta à população, fazer uma grande cobrança, não só minha, mas da Presidência da Casa, dos 24 Deputados. Temos de cobrar do Governador a abertura do concurso público para a Polícia Militar.

Os nossos jovens estão morrendo, estão caindo nas drogas, e a gente precisa, Deputado, de uma força-tarefa do governo para colocar uma atividade e para ampliar o programa Jovem Candango também, que ainda é muito pequeno – o Deputado Prof. Israel acompanha isso na Secretaria da Criança –, mas, em especial, nessas áreas mais carentes tem que haver um policiamento um pouco mais ostensivo.

À época do Governador Agnelo, houve a posse de seiscentos a setecentos policiais – não me lembro –, numa grande cerimônia no Estádio Nacional, mas os policiais vêm se aposentando, porque foram feitos alguns concursos lá atrás. Os policiais vêm se aposentando, Sr. Presidente, e com a reforma da Previdência acelerou-se todo esse processo.

Assim que o Governador Rodrigo Rollemberg assumiu o governo, nós tínhamos um pouco menos de 16 mil policiais militares; hoje, nós temos um pouco mais de 11 mil policiais. Não tem como fazer uma segurança pública eficiente sem policiamento nas ruas. Não adianta só investir em novas viaturas se não há policiais. A nossa tropa que está aí está cansada, boa parte deles está com vinte, trinta anos de Polícia Militar.

Nós precisamos dar uma oxigenada na corporação e colocar esse pessoal para trabalhar, para que possa combater o crime e dar uma vida um pouco mais tranquila para o cidadão de bem que tem medo de sair de casa para trabalhar e que tem medo de chegar em casa depois do trabalho.

Fica aqui o meu apelo ao Governador do Distrito Federal. Eu faço um apelo aqui aos demais 23 Deputados, sob a sua liderança, Sr. Presidente, e sob a liderança do Deputado Agaciel Maia, para que a gente pressione o governo e lance o concurso

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

público da Polícia Militar, para que a gente possa repor esse efetivo o quanto antes. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Rafael Prudente.

Ainda nos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Mais uma vez, eu gostaria de fazer um apelo aos Deputados que estão na Casa, próximos ao plenário, que pudessem vir para cá. Estão faltando poucos Deputados para completarmos o *quorum*, e temos bastantes projetos de Deputados para serem votados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era sobre isso que eu ia falar mais uma vez. Quero dizer ao Deputado Agaciel Maia, que é do nosso partido, o PR, que estamos aqui em peso, 100% dos Deputados do PR no plenário, e o Deputado está lá fora.

Faço um apelo. Desde ontem, estão aqui o Luiz Carlos, que representa grande parte do setor produtivo, e o Montezuma, que são do SINDUSCON-DF – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal. Pelo menos, vamos colocar em votação o PL, que interessa não a eles, interessa à sociedade do Distrito Federal.

Nós que representamos o povo precisamos pensar um pouquinho mais nesse sentido e estar no plenário para que se possa colocar isso em votação. Eles estão aqui desde ontem. No momento em que eles estão aqui, estão paradas as atividades das empresas, e precisa-se fazer essa execução. Então, faço este apelo aos Deputados: que realmente venham ao plenário. Faltam apenas dois Deputados. Que possamos começar esse processo de votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado Bispo Renato Andrade, muito agradecido.

Hoje é quarta-feira, dia 29 de novembro, e nós estamos aqui com projetos de Deputados para votação. Na realidade, o nosso Vice-Presidente está no Tribunal de Contas, representando esta Casa, está saindo de lá e vindo para cá, estou aguardando.

Vou suspender a sessão por quinze minutos para aguardar um pouquinho mais e ver se a gente consegue tocar a nossa pauta hoje. Então, vamos suspender a sessão por quinze minutos. Faço um apelo aos Deputados que venham para o plenário. Muito obrigado.

(Suspensa às 16h39min, a sessão é reaberta às 16h55min.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	18	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos Itens nºs 1 a 63, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestações em contrário, passamos à apreciação dos itens.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, houve o compromisso no Colégio de Líderes de votarmos, ontem, a compensação urbanística. Então, eu faço uma solicitação, pela Liderança do Governo, para que a matéria possa ser o item nº 1 da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Agaciel Maia, faltam poucos projetos de Deputados para serem votados em primeiro turno. Rapidamente os votaremos e colocaremos a matéria em questão em pauta. Serão cinco ou dez minutos, porque faltam poucos com tramitação concluída. Nós votamos bastante ontem.

Item nº 91:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.040, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “dispõe sobre a Lei de Incentivo ao Esporte do Distrito Federal – LIEDF e dá outras providências”.

(Pausa.)

Item nº 92:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 563, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “torna obrigatória a instalação de sistemas de monitoramento em instituições destinadas ao atendimento de pessoas idosas e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 93:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 526, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "dispõe sobre a denominação do Parque Ecológico Vivencial do Riacho Fundo".

Tramitação concluída.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero solicitar que sejam incluídos na pauta para votação apenas os projetos dos Parlamentares presentes, a não ser que o Parlamentar justifique a sua ausência.

Nós vamos votar os projetos e eu não tenho nenhuma dificuldade, mas eu estou aqui – vou ser muito sincero – para votar o projeto de compensação urbanística. Eu tenho um projeto para ser votado, mas nem pedi. Mas, de Deputados que sequer vieram, eu não acho razoável.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Wasny de Roure, ontem nós votamos e o Deputado Julio Cesar estava presente. É isso que está acontecendo. Nós votamos os projetos dos Deputados com a presença do Deputado Julio Cesar, que estava aqui para votar. E, no final, houve um esvaziamento de *quorum* e os projetos de S.Exa. não foram votados. Eu estou só fazendo essa recomposição aqui, relembro o dia de ontem.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Está certo.

Sr. Presidente, solicito que sejam apreciados os itens nºs 131 e 132, de minha autoria, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Wasny de Roure, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Os projetos de decreto legislativo serão votados em bloco.

Item nº 95:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 336, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "altera os arts. 16 e 26 da Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 14 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Item nº 96:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.030, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que "altera a Lei nº 3.939, de 2 de janeiro de 2007, que "institui o Estatuto do Portador de Necessidades Especiais e da Pessoa com Deficiência e dá outras providências".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 97:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 884, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "determina que os estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas estampem, de forma clara e de fácil visualização para todos os clientes, informações acerca de instituições que se dedicam ao tratamento de alcoolismo".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 98:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 962, de 2016, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que "proíbe, em todos os terminais rodoviários do Distrito Federal, durante o período de embarque e desembarque de passageiros, o funcionamento do motor de veículo destinado ao Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 99:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.353, de 2016, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que "dispõe sobre a proibição no âmbito do Distrito Federal de as empresas de televisão por assinatura efetuarem cobranças, ou qualquer outro tipo de aviso aos assinantes, por meio de mensagens condicionadas durante a programação habitual".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 100:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.403, de 2017, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que "torna obrigatória, nas imobiliárias

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

sediadas no Distrito Federal, a afixação de cartaz informando a responsabilidade do fiador”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 101:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.290, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “estabelece direitos e garantias das pessoas portadoras de órteses e próteses, de uso médico ou odontológico, no âmbito do Distrito Federal”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 102:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.021, de 2012, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação do óbito de servidor público da União e do Distrito Federal, pelos cartórios de registro civil de pessoas naturais, ao órgão público ao qual se encontrava vinculado”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	23	

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 103:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 275, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "torna obrigatória a exibição de sessões de cinema para pessoas com deficiência visual e/ou auditiva nas salas cinematográficas do Distrito Federal".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 104:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 926, de 2016, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "dispõe sobre o Orçamento Participativo no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 105:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 970, de 2016, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "dispõe sobre a criação do Selo Distrital de Certificação de Qualidade de Alimentos Artesanais da Agricultura Familiar no âmbito do Distrito Federal".

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 106:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 532, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "altera a Lei nº 5.128, de 4 de julho de 2013, que dispõe sobre a divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB nos estabelecimentos públicos e particulares de ensino do Distrito Federal, estabelecendo que o resultado obtido no IDEB por escola integrante da rede pública de ensino seja divulgado no seu acesso principal".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 107:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.079, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "institui e inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia do Gari".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 13 Deputados.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 108:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.171, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "dispõe sobre o reconhecimento das pessoas portadoras de doença renal crônica e transplantado, como pessoas com os mesmos direitos para fins de atendimento prioritário, nos serviços públicos e privados, e dá outras providências".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 109:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.509, de 2013, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "dispõe sobre medida destinada a assegurar qualidade e adequação dos serviços prestados pelas empresas de telefonia no Distrito Federal".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 115:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.456, de 2017, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Festival da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha – Latinidades".

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 117:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.560, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, em que “fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal a Semana Legislativa pela Mulher”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Consulta os Líderes se há acordo para votar os projetos de decreto legislativo em bloco, pelo processo nominal. (Pausa.)

Havendo acordo, apreciação, em bloco, dos seguintes projetos de decreto legislativo.

Item nº 129:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Bruno Espifeira Lemos”.

Item nº 130:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Moacyr Pereira Lima”.

Item nº 131:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Carlos Eduardo Gabas”.

Item nº 132:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	27	

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília pós-morte ao Sr. Sinval de Melo Monteiro".

Item nº 133:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2017, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Agripino da Costa Doria Junior".

Item nº 134:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Marcos Martins Machado".

Item nº 135:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2016, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília à Sra. Neide Silva Rafael Ferreira".

Item nº 136:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2015, de autoria do Deputado Delmasso, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Norberto Fischer".

Item nº 137:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que "concede o título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Sr. Sidney Campos Silva".

Item nº 138:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que "concede o título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Exmo. Sr. Desembargador Josaphá Francisco dos Santos".

Item nº 139:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2017, de autoria dos Deputados Bispo Renato Andrade e Julio Cesar, que "concede o título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Sr. Alessandro Carvalho Freire".

Item nº 140:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2017, de autoria dos Deputados Bispo Renato Andrade e Julio Cesar, que "concede o título de Cidadã Benemérita de Brasília à Sra. Carla Ribeiro Testa".

Item nº 141:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que "concede o título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Sr. Luís Carlos Saraiva".

Item nº 142:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Ruben Ferreira da Costa, empresário do ramo de gastronomia do Distrito Federal".

Item nº 143:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "concede, *post mortem*, o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Osvaldo Russo".

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que seja incluído, como item extrapauta, o Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2016, que já está aí. Eu gostaria de pedir também o destaque dos itens nºs 133 e 134.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – *Ok*, concedo o destaque. Nós iremos votá-los em separado. Acato também a inclusão do PDL como item extrapauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor João Tenório de Albuquerque".

O Deputado Raimundo Ribeiro assumirá a Presidência para fazermos a votação, em bloco, dos projetos de decreto legislativo, já que há projetos de minha autoria e da Deputada Telma Rufino.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Em discussão os projetos de decreto legislativo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

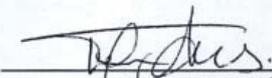
Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando os projetos de decretos legislativos; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017								
PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO NºS 43/2015; 251/2017; 21/2015; 210/2016; 173/2016; 106/2015; 194/2016; 214/2016; 307/2017; 308/2017; 248/2017; 267/2017; 269/2017; 227/2016;				DATA: 29/11/2017				
AUTORIA: VÁRIOS DEPUTADOS								
TURNO ÚNICO REDAÇÃO FINAL APROVADA (X)								
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE			1			
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB				1		
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			14	0	2	8	0	24
RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADO								
14	VOTOS SIM							
0	VOTOS NÃO							
2	ABSTENÇÕES							
8	AUSÊNCIAS							
0	OBSTRUÇÕES							
16	QUÓRUM VOTANTE							


SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

SECRETARIA LEGISLATIVA
 PDL Nº 43 1.2015
 Folha nº 13

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	29	

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis e 2 abstenções. Houve 8 ausências.

Os projetos estão aprovados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, de acordo com a aprovação dos Requerimentos nºs 3.149 e 3.167, ambos de 2017, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que V.Exa. dê como lidas e aprovadas as redações finais.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Bruno Espiñeira Lemos”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Moacyr Pereira Lima”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Carlos Eduardo Gabas”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília pós-morte ao Sr. Sinval de Melo Monteiro”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2016, de autoria da Deputada Telma Rufino, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília à Sra. Neide Silva Rafael Ferreira”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2015, de autoria do Deputado Delmasso, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Norberto Fischer”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que “concede o título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Sr. Sidney Campos Silva”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que “concede o título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Exmo. Sr. Desembargador Josaphá Francisco dos Santos”.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2017, de autoria dos Deputados Bispo Renato Andrade e Julio Cesar, que "concede o título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Sr. Alessandro Carvalho Freire".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2017, de autoria dos Deputados Bispo Renato Andrade e Julio Cesar, que "concede o título de Cidadã Benemérita de Brasília à Sra. Carla Ribeiro Testa".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que "concede o título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Sr. Luís Carlos Saraiva".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Ruben Ferreira da Costa, empresário do ramo de gastronomia do Distrito Federal".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2017, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "concede, *post mortem*, o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Osvaldo Russo".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Tenório de Albuquerque".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Apreciaremos agora o PDL destacado pelo Deputado Ricardo Vale, de autoria do Deputado Julio Cesar.

Item nº 134:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília a Marcos Martins Machado".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	31	

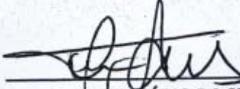
Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.
(Procede-se à votação nominal.)

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017	
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 266/2017	DATA: 29/11/2017
AUTORIA: DEPUTADO JULIO CESAR	
TURNO ÚNICO	REDAÇÃO FINAL APROVADA (X)

QTD.	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE			1			
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB				1		
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNÝ DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			14	0	2	8	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
14	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
2	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE


 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

SECRETARIA LEGISLATIVA Nº _____ / _____ Folha nº _____

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	32	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis e 2 abstenções. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília a Marcos Martins Machado”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 110, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o instrumento da Compensação Urbanística para fins urbanos, previsto no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, e dá outras providências”.

Aprovados pareceres favoráveis da Comissão de Assuntos Fundiários e da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, na forma das emendas. Em virtude da apresentação de várias emendas de plenário e falta de pareceres das comissões a todas as emendas apresentadas, solicito a todas as comissões que se manifestem sobre as emendas apresentadas ao projeto.

A Presidência designa o Deputado Lira para emitir parecer sobre as emendas de nºs 16 a 32.

Solicito ao Relator, Deputado Lira, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre as emendas de nºs 16 a 32.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 110, de 2017, de autoria do Poder Executivo,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

acatando a Emenda nº 1; a Emenda nº 3, na forma da Subemenda nº 15; as Emendas nºs 4, 7 e 13, na forma da Subemenda nº 31; a Emenda nº 21, na forma da Subemenda nº 30; as Emendas nºs 22 e 25, na forma da Subemenda nº 32, e as Emendas nºs 28 e 29. Ficam rejeitadas as Emendas nºs 2, 5, 6, 8, 12, 14, 24 e 27 e as Subemendas nºs 19 e 20.

As Emendas nºs 9, 10, 11, 16, 17, 18, 23 e 26 foram retiradas.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço destaque da Emenda Aditiva nº 2, de minha autoria, apresentada pela Comissão de Assuntos Fundiários.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre as Emendas de nºs 1 a 32.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo às emendas apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 110, de 2017, que “dispõe sobre o instrumento da Compensação Urbanística para fins urbanos previsto no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências”.

Naquilo que já foi apresentado, tanto na nossa comissão e agora na avaliação das emendas apresentadas, observa-se que as emendas apresentaram as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico. Então, se isso está contemplado, nós votamos pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 110, de 2017, de autoria do Poder Executivo, uma vez que já foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e, agora, com as emendas, acatamos as Emendas nº 1 e nº 2 na forma da

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	34		

Subemenda nº 15; as Emendas nº 4 e nº 7; a Emenda nº 13, na forma da Subemenda nº 31; a Emenda nº 21 na forma da Subemenda nº 30; a Emenda nº 22; a Emenda nº 25 na forma da Subemenda nº 32; as Emendas nº 28 e nº 29. Rejeitamos as Emendas nºs 2, 5, 6, 8, 12, 14, 24 e 27 e as Subemendas nº 19 e nº 20. As Emendas nºs 9, 10, 11, 16, 17, 18, 23 e 26 foram retiradas.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Bispo Renato Andrade, V.Exa. não falou da Emenda nº 3, falou das Emendas nº 1 e nº 2.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Então, retificando, Sr. Presidente, foi rejeitada primeiro a Emenda nº 2 e acatada a Emenda nº 3, na forma da Subemenda nº 15.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, a Emenda nº 2 está destacada.

Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o projeto e as emendas já colocadas, de nº 1 a nº 32.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****PARECER Nº _____, DE 2017**

Da **COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS** sobre o Projeto de Lei Complementar nº 110, de 2017, que dispõe sobre o instrumento da **Compensação Urbanística para fins urbanos previsto no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, e dá outras providências.**

AUTORIA: Poder Executivo**RELATOR:****I – RELATÓRIO**

Submete-se à apreciação desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças o Projeto de Lei Complementar nº 110, de 2017, que dispõe sobre o instrumento da Compensação Urbanística para fins urbanos previsto no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, e dá outras providências.

O presente texto normativo, consente em legalizar mediante compensação financeira as irregularidades que ferem normas urbanísticas do Distrito Federal.

Neste contexto, imperioso que seja confeccionado espécie normativa capaz de erradicar qualquer vício formal, enaltecendo a efetividade do projeto em evidência sem ferir os anseios da legalidade.

Por fim, nos termos do art. 73 da Lei orgânica do Distrito Federal, o senhor Governador solicita regime de urgência na tramitação deste projeto.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 64, inciso II, alínea “c” do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete a esta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre proposições que adentrem área tributária, creditícia, orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive contribuição dos servidores públicos para sistemas de previdência e assistência social.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

O Projeto de Lei Complementar ora em análise diz que a Compensação Urbanística está definida no art. 199 da Lei Complementar nº 803 de 2009 e é instrumento que possibilita a regularização e o licenciamento de empreendimentos executados em desacordo com os índices e parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação mediante indenização pecuniária ao Estado.

A regularização de forma onerosa tem sido o caminho adotado por grandes cidades brasileiras confrontadas com problema dessa natureza. Com isso, busca-se trazer para a legalidade, construções que não seguiram as normas urbanísticas, mas que não proporcionam riscos, sendo assim, admissível sua permanência, mediante contrapartida pecuniária paga ao Estado.

O pagamento da contrapartida pecuniária não exige o pagamento de multas e demais taxas referentes à irregularidade cometida. A contrapartida deve ser proporcional à gravidade da irregularidade cometida e corresponde ao somatório das irregularidades aplicadas à proporção da irregularidade em relação ao parâmetro urbanístico correspondente.

Por fim, os recursos gerados pela regularização mediante a compensação urbanística irão para o Fundo de Desenvolvimento Urbano do DF (Fundurb).

Diante do exposto acima e tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico e favorece o desenvolvimento da atuação governamental, votamos pela **admissibilidade e aprovação** do Projeto de Lei Complementar nº 110, de 2017, de autoria do Poder Executivo, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, na forma de sua redação original;

Acatando a(s) emenda(s): 1; 3 na forma da subemenda 15; 4; 7; 13 na forma da subemenda 31; 21 na forma da subemenda 30; 22; 25 na forma da subemenda 32, 28 e 29.

Rejeitando a(s) emenda(s): 2, 5, 6, 8, 12, 14, 24, 27 e rejeitando as subemendas 19 e 20

As emendas 9, 10, 11, 16, 17, 18, 23 e 26 foram retiradas.

Sala das Comissões, de de 2017.

Deputado
Presidente

Deputado AGACIEL
Relator MARIA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

Em razão de o Deputado Prof. Israel ser autor de emendas ao PLC nº 110, de 2017, a Presidência designa o Deputado Delmasso para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Delmasso, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****PARECER Nº /2017**

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei Complementar nº 110, de 2017, que dispõe sobre o instrumento da Compensação Urbanística para fins urbanos previsto no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo**Relator: Deputado****I – RELATÓRIO**

Submete-se a esta Comissão de Constituição e Justiça, através da mensagem 116/2017 – GAG, o Projeto de Lei Complementar nº 110, de 2017, que dispõe sobre o instrumento da Compensação Urbanística para fins urbanos previsto no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, e dá outras providências.

O presente texto normativo, consente em legalizar mediante compensação financeira as irregularidades que ferem normas urbanísticas do Distrito Federal.

Neste contexto, imperioso que seja confeccionado espécie normativa capaz de erradicar qualquer vício formal, enaltecendo a efetividade do projeto em evidência sem ferir os anseios da legalidade.

Por fim, nos termos do art. 73 da Lei orgânica do Distrito Federal, o senhor Governador solicita regime de urgência na tramitação deste projeto.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara Legislativa do DF (art. 63, incisos I e III, alínea "i"), compete à Comissão de Constituição e Justiça analisar e quando necessário, emitir parecer sobre a admissibilidade das proposições em geral, quando à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação.

Ato contínuo, exercerá a presente Comissão apreciação sobre a consolidação dos textos legislativos, matéria também existente ao caso em comento.

o



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Imperioso destacar que o interesse estatal visa estabelecer condutas que atinjam e reflitam os anseios da população. Nesta prestação de serviços, cabe ressaltar a parca possibilidade destes atos serem direcionados por mera discricionariedade.

O Ente Federal conquista a legitimidade de suas ações pelas premissas de atos vinculados, enraizado em seu dever / poder de enaltecer a utilização dos princípios da Administração Pública.

Dentre os princípios explícitos e implícitos da Carta Magna, o da legalidade juntamente com o da eficiência, realça o interesse e preocupação na conquista de veracidade e solidez dos trabalhos realizados pela Administração Pública.

Assim, aduz a presente espécie normativa uma essência que atinge os preceitos insertos nos atos da Administração, consubstanciando em uma metodologia capaz de mitigar e ao mesmo tempo legitimar irregularidades que atingem as normas urbanísticas do Distrito Federal.

Oportuno caracterizar que o projeto em comento faz suscitar além da regularização dos espaços indevidamente preenchidos pelo particular, também exerce natureza de cunho preventivo, com o escopo de desmotivar novas irregularidades, evitando a reiteração de condutas já culturais em todo o Distrito Federal.

No mesmo giro, cabe a dicção que a prestação pecuniária em destaque não obsta a cobrança de multa e demais taxas referentes à irregularidade cometida, solidificando assim a precedência do interesse público sobre o particular e a aplicação de sanção a ser aplicada pelo Ente em resposta ao ato irregular.

Por fim, imprescindível apartar que a relevante exposição de motivos exposta pelo senhor Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, Thiago Teixeira de Andrade, coaduna de modo objetivo e claro da importância que legitima o presente feito.

Ato contínuo a autoridade em destaque, refaz o entendimento voltado aos ditames da legalidade de mãos dadas ao princípio da razoabilidade, pois em inúmeras situações o simples e direto exercício do poder de polícia pelo Estado corrobora para efeito antagônico de sua real intenção.

Assim, cabe ao poder Estatal exercer seu poder de império sem refletir qualquer mácula inserta em atos de despotismo, condutas estas que tão somente ferem o interesse e a segurança da população, distanciando do bem comum que sustenta a visão do Ente.

Quanto à sua admissibilidade, restam atendidos os artigos 71 e 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tratam da prerrogativa do Governador do Distrito Federal para a iniciativa de leis complementares e ordinárias. 6

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Dessa forma, tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico, votamos pela **ADMISSIBILIDADE e APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar nº 110, de 2017, de autoria do Poder Executivo:

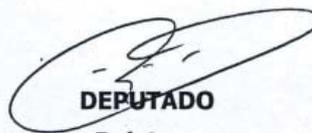
Acatando a(s) emenda(s): 1; 3 na forma da subemenda 15; 4; 7; 13 na forma da subemenda 31; 21 na forma da subemenda 30; 22; 25 na forma da subemenda 32, 28 e 29.

Rejeitando a(s) emenda(s): 2, 5, 6, 8, 12, 14, 24, 27 e rejeitando as subemendas 19 e 20

As emendas 9, 10, 11, 16, 17, 18, 23 e 26 foram retiradas.

Sala das Comissões,

DEPUTADO
Presidente



DEPUTADO
Relator

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	36	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todos sabem que eu sou muitas vezes duro nas críticas, mas eu também sou daqueles que reconhecem avanços. Esse projeto vai equacionar as situações de natureza urbanística já consolidadas no Distrito Federal.

É importante destacar, Sr. Presidente, que a cidade não começou nesse governo; pelo contrário, esse governo herdou situações e situações. Nós sabemos que muitas das nossas cidades, inclusive patrocinadas pelo governo, nasceram em um final de semana, como é o caso do Riacho Fundo II. Às vésperas do processo eleitoral, pelo telefone, falando com eleitores inscritos na CODHAB – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, nasceu uma cidade, que foi o Riacho Fundo II.

O Recanto das Emas, Sr. Presidente, também fez uma série de infrações de natureza ambiental, e não havia sequer um documento. Inclusive até aproveito a presença da Dra. Cláudia aqui: existem algumas quadras no Recanto das Emas – inclusive quadras antigas, não são novas –, que ainda não receberam a escritura. Eu digo escritura, e não esse documento unilateral que o governo faz, documento com o qual seja possível fazer o registro em cartório. O documento que o governo distribui não possibilita registro em cartório. Mas acredito que é um documento preliminar, importante, porque identifica o morador, identifica o endereço, e aponta para ele a responsabilidade seguinte, que é escritura, face ao cumprimento das obrigações que ele também tem com o Estado e a sociedade.

Mas eu quero retornar a esse projeto. Eu entendo que esse projeto vai equacionar uma série de problemas de natureza de ocupação de espaço, construções com irregularidades, e que naturalmente vai tirar parte considerável, em uma cidade com muitas pendências de natureza judicial. Eu não sou daqueles que acham que temos de fazer um processo de anarquia, mas nós temos que flexibilizar para encontrar processos que foram viabilizados ao longo de anos de anos.

Hoje mesmo, Sr. Presidente, eu conversava com o Secretário Valdir. Só para vocês terem ideia – já é conhecido de muitos Deputados aqui –, parte do Pró-DF na cidade de Santa Maria, Deputado Prof. Reginaldo Veras, foi entregue em área particular, área dos Quilombolas, que o governo não consegue regularizar. Mas foi o governo quem fez o Pró-DF nessas áreas. Entende, Deputado Joe Valle? Então, o governo administra problemas que ele mesmo criou.

Eu não vou dizer que todos os problemas foram gerados pelos governantes anteriores, não é isso. Eu estou falando que, na ansiedade de fazer política, na ansiedade de ver a coisa acontecer, na ansiedade de regularizar as situações, acaba-se causando essas e aquelas situações.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	37	

Por exemplo, a Estrutural, Deputada Luzia de Paula, não cria as condições – eu não sei como vai sair a LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo atual – para se regularizar o comércio. Como que, numa cidade inteira, não se pode ter comércio? Entende? Não é possível.

Então, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar a equipe da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, que fez um trabalho extraordinário. Há alguns problemas pendentes, mas eu creio que é um avanço enorme para esta cidade. Eu não concordo com tudo, mas entendo que representa um avanço, e é isso que é importante para a sociedade. Nós estamos aqui para apoiar aquilo que será para a construção da cidadania na nossa cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a retirada do destaque da Emenda nº 2.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa. Solicito que retirem.

Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 110, de 2017, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

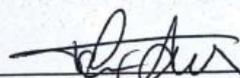
(Procede-se à votação nominal.)

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017	
-----------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2017	DATA: 29/11/2017
AUTORIA: PODER EXECUTIVO	
TURNO: 1ª (X)	2ª ()
RED. FINAL ()	

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB				1		
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			16	0	0	8	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
16	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE


 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

SECRETARIA LEGISLATIVA
Nº _____ / _____
Folha nº _____

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29 11 2017	15h	110ª SESSÃO ORDINÁRIA	38	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Intervenção fora do microfone.)

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Confirmando, então, o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento nº 3.175, de 2017, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "requer a dispensa da publicação da redação final dos projetos aprovados na Sessão Ordinária de hoje, dia 29 de novembro de 2017, para votação imediata da redação final".

Em discussão o Requerimento nº 3.175, de 2017. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 16 Deputados.

De acordo com a apresentação do Requerimento 3.176, de 2017, convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação do segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 110 e demais itens da Ordem do Dia da sessão ordinária de hoje.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 17h51min)